

LAGOAS DO NORTE PRA QUEM?: transformações, conflitos e impactos territoriais na zona norte de Teresina.

ANDRADE, Luan Rusvell de Abreu¹
Faculdade Evangélica do Meio Norte - FAEME
luan.rusvell@ifpi.edu.br

OLIVEIRA, Luiz Antônio de²
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
luizantonio@ufpi.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de reflexão o maior processo de transformação urbana do século XXI que vem ocorrendo em Teresina. Este processo vem sendo implementado em uma das regiões de grande significado histórico e ambiental para a capital do Piauí - a região das Lagoas do Norte. Ganham destaque neste cenário conflitos sociais entre os diferentes agentes envolvidos na disputa por esse território, tais como moradores dos bairros atingidos e representantes do poder público municipal. A discussão apresentada também busca refletir sobre a lógica do “fazer” cidade implementada pelo Programa Lagoas do Norte – PLN, bem como o papel da auto-organização comunitária como forma de resistência a esse grande projeto urbano. Para tanto, foram realizadas pesquisas nos documentos acumulados durante os mais de 10 anos de implementação do projeto, levando-se em conta tanto os documentos oficiais do PLN, quanto os produzidos pelas entidades de defesa que acompanham o caso – Centro de Defesa Ferreira de Sousa, Ministério Público e Defensoria Pública –, além do registro e acompanhamento das mobilizações das comunidades diretamente atingidas. Apesar do projeto ainda estar em fase de implementação, conclui-se que, até então, a pretensa ‘qualificação’ urbana e a pressão do mercado por ativar economicamente essa área estratégica da cidade de Teresina, tem se convertido em um processo de exclusão social e de desterritorialização de comunidades tradicionais que vivem na região das Lagoas do Norte.

Palavras-chave: Programa Lagoas do Norte; Grande Projeto Urbano; desterritorialização; comunidades tradicionais.

¹ Formando da Especialização Patrimônio e Cidade. Teresina-PI.

² Doutor em Antropologia e professor orientador da Especialização Patrimônio e Cidade. Teresina-PI.

Introdução

Desde o início dos anos 2000 a zona norte da capital do Piauí se tornou campo de implantação da maior transformação urbana já promovida na cidade neste século. Executado por meio do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina, conhecido como Programa Lagoas do Norte - PLN, o projeto vem sendo desenvolvido pela Prefeitura, financiado pelo Banco Mundial e também com recursos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC³. Com investimentos totais que já somam mais de 800 milhões de reais, o megaprojeto abrange 13 bairros da cidade e afeta aproximadamente 13% da sua população (TERESINA, 2014; BANCO MUNDIAL, 2019). Neto e Lima (2018) classificam o Programa Lagoas do Norte na categoria de Grande Projeto Urbano, tanto pela dimensão da intervenção territorial quanto pelo padrão de governança adotado na experiência teresinense.

A Prefeitura de Teresina faz a defesa do Programa sob a justificativa de que se trata de um importante projeto para o alcance da Agenda 21 local (denominada Agenda 2015), elaborado segundo as diretrizes de sustentabilidade da Agenda 21 Global⁴, cujas dimensões ambiental, política, econômica, cultural e urbanística se projetariam nos bairros de incidência do PLN. Quanto ao território em questão, trata-se de uma região que abrange 12 lagoas e uma área total de 1.310,85 ha, situada na porção mesopotâmica da cidade de Teresina entre os rios Poti e Parnaíba e habitada por comunidades tradicionais remanescentes dos primeiros povoamentos que deram origem à cidade.

Ao longo de mais de uma década de intervenção, grandes transformações ocorreram na região. Os primeiros anos de execução do Programa foram concentrados no planejamento e desenvolvimento dos projetos executivos, bem como na remoção das primeiras famílias que habitavam a região da sua 1ª etapa. Apenas nos últimos 10 anos as mudanças no território começaram a ocorrer, promovidas pela implantação de grandes obras, entre as quais destacam-se a construção do Residencial Zilda Arns com 327 unidades habitacionais (2010), a Praça Monumental do Parque Lagoas do Norte (2012), a

³ Trata-se de uma política do Governo Federal criada no ano de 2007 que investiu recursos públicos em obras estruturantes no país incluindo habitação, mobilidade urbana e saneamento básico, como no caso do PLN. Em Teresina, um dos maiores investimentos do PAC foi a construção das 4 mil casas do residencial Jacinta Andrade, também localizado na zona norte da cidade. Sobre o assunto, dentre outros, ler Maricato (2014) e Carvalho (2018).

⁴ A Agenda 21 é um documento resultado da conferência da Organização das Nações Unidas – ONU, denominada Rio-92 ocorrida no Brasil, em 1992, que estabelece compromissos dos países membro para o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, os municípios dos países signatários devem adotar diretrizes da Agenda 21 em seus programas locais.

Praça dos Orixás (2017), a reforma do Parque Encontro dos Rios (2018) e a construção do Parque Ambiental Matias Matos (2019).

Apesar dos relatórios técnicos concluírem que “os impactos gerados pelo PLN são, em sua maioria, de natureza positiva” (TERESINA, 2007a, pág. 112), as grandes transformações projetadas para o território nos alerta para possíveis efeitos negativos, tanto a curto prazo, no caso da possível fragmentação dos laços comunitários, quanto, em um período mais estendido, para os efeitos da gentrificação e da turistificação urbana, por exemplo.

Sendo assim, a proposta deste trabalho é refletir acerca destas intervenções considerando, principalmente, a dimensão socioespacial e cultural destes impactos para a população residente na região. Isto é, diante das intenções projetuais sobre o território, questiona-se: em que grau as transformações do espaço e da paisagem constituem-se como uma ameaça aos modos de vida locais?

1. Transformando o espaço da cidade

O Programa Lagoas do Norte foi criado sob a justificativa de, segundo um modelo de desenvolvimento sustentável proposto pelo Banco Mundial, melhorar a capacidade de gestão do governo municipal e a qualidade de vida da população de baixa renda que habita a região de sua abrangência. Todavia, os impactos causados pelas obras têm sido questionados, principalmente por conta da remoção de milhares de famílias que vivem nos bairros afetados.

Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico o Programa pretende, “sob a ótica das intervenções, promover: a urbanização da orla das lagoas, remodelando o sistema viário do entorno e recuperando-as ambientalmente, além de dotar a região com saneamento básico” (TERESINA, 2007b). Segundo o arquiteto autor dos projetos – membro de um escritório catalão que presta assessoria na implementação de projetos de cidade aos moldes de Barcelona, na Espanha – busca-se

[...] celebrar o convívio entre a natureza e a cidade no que pode ser chamado um “parque habitado”, com enorme potencial para ativar a economia da região e se consolidar não apenas como um destino para negócios e tratamento hospitalar, mas também como destino turístico (DE PAAUW, 2016).

Desse modo, problemas estruturais da Região Norte de Teresina são colocados como questões a serem superadas com as obras do PLN através de ações que promoveriam a (re)estruturação, a (re)qualificação e a (re)vitalização desse território, a fim de, ainda de acordo com o autor dos projetos urbanísticos, potencializá-lo economicamente. O referenciamento urbano da gestão municipal de Teresina na cidade de Barcelona é motivado pela busca de um modelo de cidade ‘competitiva’, nexos central da *nova questão urbana*, metodizada por meio do Planejamento Estratégico Urbano.

Nesta perspectiva, sob o ângulo dos planos de ativação econômica, as belezas naturais são reconhecidas como potencial para a exploração turística. De acordo com o previsto pelo PLN, além da reestruturação urbana do território que “qualifica” a região para investimentos privados como restaurantes, pousadas e lojas, também está projetado para ser implantado na região do encontro dos rios o Polo Turístico que ofertará uma série de atrativos para visitantes. A opção do Governo Municipal pela exploração turística da região é explicada por Rodrigues (2015) como uma estratégia contemporânea das cidades para se inserir na cadeia produtiva global deste setor na expectativa de dinamizar a economia local e atrair investimentos estrangeiros.

Assim, identificada nas análises técnicas do programa “(i) pela carência de infra-estrutura de saneamento básico; (ii) pelo processo de ocupação desordenada das suas margens e pela presença de áreas degradadas por mineração ” (Relatório de Avaliação Ambiental - RAA, 2007), aspectos ligados à pobreza, à violência e à exclusão social, a região seria alvo de uma transformação através da requalificação urbano-ambiental.

Dada a dimensão territorial do projeto, as mudanças propostas envolvem significativas alterações do espaço, com seus impactos previstos em projeto e reconhecidos pela Administração Pública:

A implantação das obras e intervenções previstas deverá alterar, de maneira definitiva, a paisagem local. Essas mudanças poderão ser avaliadas tanto como adversas, na medida em que a população local perderá certos pontos de referência na paisagem, quanto benéficas, em razão das novas propostas de paisagismo para a região afetada (TERESINA, 2007a, pág. 105).

Ainda de acordo com o Relatório de Avaliação Ambiental -RAA, os impactos gerados com fins à ‘requalificação urbana e ambiental’ da região serão mitigados a partir de uma série de medidas de compensação. Todavia, entre as intervenções de Requalificação

Urbana e Ambiental, é curioso identificar que os impactos gerados com a ‘alteração da paisagem’ não preveem medidas de mitigação/compensação, uma vez que “este impacto negativo não [sendo] de grande magnitude tende a se extinguir com a apreensão e valorização por parte dos moradores da região dos novos pontos de referência. O novo paisagismo deverá, sem dúvidas, contribuir para a melhoria na qualidade de vida (TERESINA, 2007a, pág. 105).

Sendo assim, torna-se válido problematizar o conceito de “reestruturação”. Segundo Sousa (2018), a reestruturação do espaço material implica uma alteração significativa, modificando a sua estrutura física, ou seja, a opção projetual por esse modo de intervenção urbana expõe a intenção por criar “um novo espaço”, diferente do original. No caso do PLN, por conta da dimensão de suas intervenções, conforme já apontado, tais mudanças ocorrem também na paisagem local. O autor alerta que tais alterações (seja a nível de espaço ou da paisagem) tem o poder de incorporar ou excluir determinadas identidades, condicionando assim as relações sociais que ocorrem em determinado espaço material.

Além disso, alertando para o crescente número de cidades da América Latina que vêm contratando a consultoria de escritórios catalães – incentivadas por financiadores internacionais, como é o caso do Banco Mundial –, Vainer (2007) denuncia que “este modelo de cidade implica a [sua] direta e imediata apropriação [...] por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania.” Sujeita a este padrão de ‘reestruturação urbana’, que obrigatoriamente implica uma sobreposição dos interesses econômicos acima dos direitos culturais, a zona norte de Teresina estaria então passando, de forma mais oficial e orquestrada, pela etapa de “colonização da terra e da moradia na era das finanças” como prevê Rolnik (2019) ao refletir sobre os aspectos, agentes e condições envolvidos na atual *guerra dos lugares*.

Outros autores como Harvey (2014) e Sousa (2018) acreditam que essa tendência de produção do espaço tem caracterizado uma nova interface do capitalismo global, ou seja, no caso do PLN, o remodelamento urbano proposto faz parte de uma estratégia maior que visa a “higienização” socioespacial a fim de criar novas áreas de reserva e exploração do capital imobiliário. “Revitalizar” espaços considerados obsoletos tem sido um dos expedientes na criação de novas ‘frentes pioneiras urbanas’ para o capital” (SOUZA, 2018). No Brasil diversos outros casos antecipam os impactos causados por essas grandes obras de “revitalização” urbana, como os casos dos projetos implantados para as Olimpíadas do Rio (2016) e Copa do Mundo (2014).

Em Teresina, o Programa Lagoas do Norte representa uma importante etapa na pretensão por atrair investimentos privados na capital. De acordo com o Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas – PPP de Teresina, aprovado no ano de 2017, os Parques Públicos fazem parte de um dos 9 projetos do plano de desestatização de infraestrutura e serviços públicos, incluindo o Parque Lagoas do Norte. De acordo com o documento, o modelo a ser seguido em Teresina são os projetos de PPP dos Parques Públicos de São Paulo (SP) e do Parque Ecológico da Pampulha em Belo Horizonte (MG) (TERESINA, 2017).

1.1 Fases de execução do PLN e as resistências comunitárias

Aprovado no ano de 2008 com investimentos totais que já somam mais de 800 milhões de reais (com empréstimos do Banco Mundial - BIRD, recursos do Município de Teresina e contrapartida do Governo Federal por meio do PAC), o megaprojeto, como já apontado, abrange 13 dos 25 bairros da zona norte da cidade e afeta diretamente a vida de cerca de 110.000 pessoas. Para sua execução, de acordo com o Marco de Reassentamento Involuntário apresentado em 2007, a previsão inicial era de remoção de 1.588 imóveis, o que atingiria aproximadamente 6.400 moradores da cidade (TERESINA, 2007b, 2014; BANCO MUNDIAL, 2019a).

O PLN está dividido em 2 fases de execução e em 4 áreas de implantação, conforme pode ser visto na figura 01. Estava inicialmente previsto para acontecer de maneira simultânea nas 4 áreas. No entanto, como descrito a seguir, vem sofrendo alterações em seu cronograma de execução.

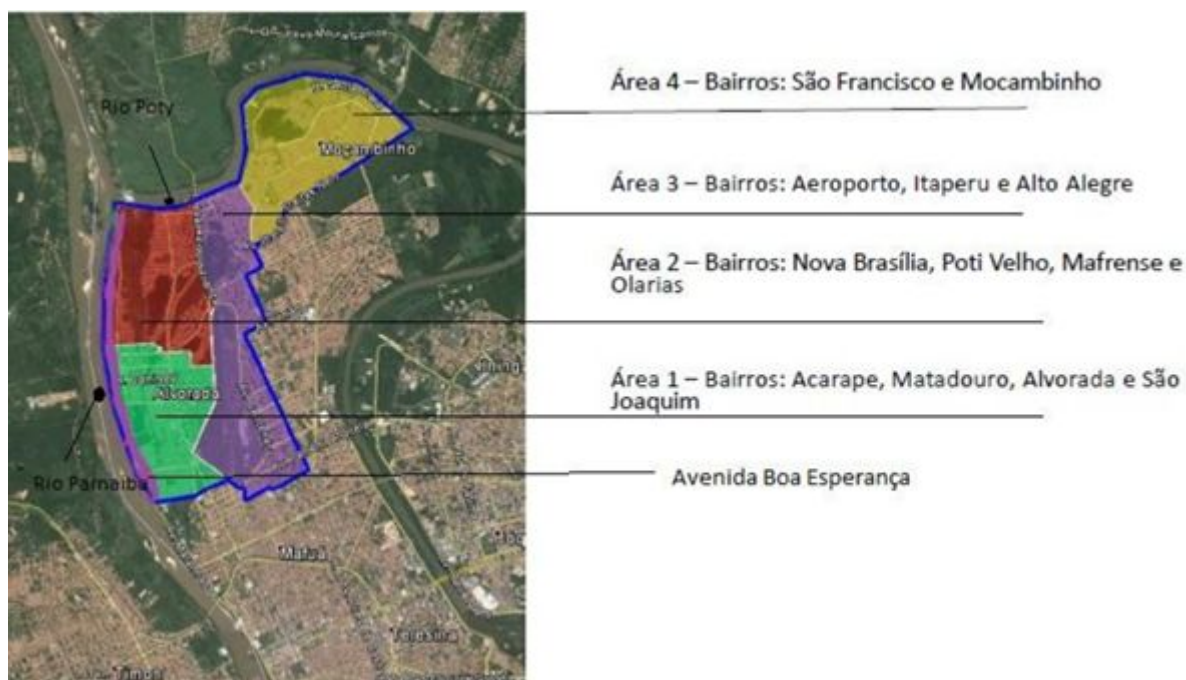


Figura 01: Em destaque os 13 bairros de intervenção do PLN, dividido em suas 4 áreas. Fonte: Coelho Pereira (2017)

A fase 1, que durou entre 2009 e 2014, abrangeu obras de urbanização das margens de lagoas e canais, drenagem e saneamento básico, bem como a construção de equipamentos públicos. Para execução de tais obras foram removidos 513 imóveis, aproximadamente 2.000 pessoas, previstos no Plano de Reassentamento Involuntário 1 - PRI 1. (TERESINA, 2007b, 2014).

As famílias removidas nesta fase eram moradoras dos bairros que fazem parte da área 1 do Programa, que passou por significativas intervenções, principalmente por conta da construção da Praça Monumental do Parque Lagoas do Norte (inaugurado em 2012), da urbanização das margens do Canal da Vila Padre Eduardo, bairro São Joaquim e da ampliação viária da av. Campo Maior (que conecta diversos bairros da região). Como saldo de remoção desta fase, 327 famílias, ou 66,8% do total, foram reassentadas no Residencial Zilda Arns (construído em 2010); 145 famílias (29,4%) receberam indenizações no valor médio de R\$ 30.660,00; 19 famílias foram atendidas pelo Reassentamento Monitorado e outras 2 foram reassentadas no Residencial Portal da Alegria, zona sul de Teresina.

A fase 2, que se iniciou em 2015, deu seguimento às obras e ainda encontra-se em andamento. De acordo com o Marco do Reassentamento Involuntário das Famílias e

Imóveis Afetados pela Implantação da 2ª Fase do PLN, documento produzido ainda no ano de 2014, é estimada a desapropriação de 1.730 imóveis (TERESINA, 2014).

Todavia, quanto ao número total de pessoas que poderão ser reassentadas há dados desencontrados nos documentos e notícias publicadas. Tal confusão se dá, sobretudo, por conta das alterações e adaptações projetuais ocasionadas pela atuação do movimento “Lagoas do Norte Pra Quem?”. Este movimento surge a partir da auto-organização de moradores insatisfeitos com os métodos de participação popular no PLN por meio do Comitê de Mobilização Permanente das Comunidades Envolvidas no Programa Lagoas do Norte, conhecido como Comitê Lagoas do Norte, criado no ano de 2008⁵. Assim, fora a exclusão comunitária nas decisões do Programa que motivou a mobilização de uma parcela da população autodenominada “Atingidos pelo Programa Lagoas do Norte”, formando, depois, o referido movimento Lagoas do Norte Pra Quem?. Como consequência deste movimento surgiu ainda a Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa - CDFS, fundada em 2009 a partir da organização dos moradores do bairro São Joaquim. A CDFS tornou-se a principal entidade de representação dos habitantes da região (GOMES, 2015; REGO; VARÃO, 2017).

Um dos principais focos da resistência comunitária acontece, no mesmo bairro São Joaquim, na comunidade da Boa Esperança, formada por aproximadamente 300 famílias, cuja remoção estava prevista ainda para o ano de 2014. Outro exemplo é o dos moradores da rua Manoel de Aguiar Filho, bairro Mafrense, que seguem em luta contra a desapropriação de aproximadamente 200 famílias desde o ano de 2018. Os moradores destes locais fizeram denúncias em agosto de 2019, junto ao Painel de Inspeção do Banco Mundial^[1], reivindicando o direito à decidir sobre seu território e expressando o pertencimento ao lugar onde vivem:

O que nós questionamos, parque lagoas do norte para quem!? Neste projeto a ser executado requer a remoção de mais de 70% das moradias da etapa atual, existem famílias que moram há 40 anos de residência nesse local, pois já existe um grande valor sentimental pela sua moradia (...) Essas pessoas mais antigas, fazem parte da história da comunidade, pois agora com a vinda do parque pensávamos que iríamos nos beneficiar com as maravilhas do projeto da prefeitura, já que estamos tanto tempo à espera de uma benfeitoria, pois agora não nos dão escolha de ficar, para usufruir dos benefícios do parque. Acreditamos que reassentamento involuntário seja a

⁵ O objetivo do comitê é promover a articulação das comunidades impactadas e da sociedade teresinense, de maneira geral, a fim de defender a cidadania dos moradores da região, analisar as ações do Programa e propor diretrizes para a melhoria do projeto. Mais informações em: <https://comitelagoasdonorte.wordpress.com/regimento/>

última opção para o projeto (...) os moradores não estão tendo a opção de ficar nas suas residências, pois a prefeitura obriga os moradores a sair do local sem necessidade, por que tem área suficiente para construção parque sem a remoção das famílias. O que queremos, é permanecer em nossas residências e disfrutar da beleza do parque futuramente (BANCO MUNDIAL, 2019b, p. 26).

Conforme denunciado pelos moradores, a maneira como o projeto vem sendo executado afeta diretamente a história das comunidades locais. Na carta comunitária enviada é denunciada a remoção em massa de famílias da Zona Norte de Teresina, aliadas dos espaços de participação e decisão durante a execução do Programa. Como consequência, conforme já indicado, o programa segue com uma série de atrasos, embora tenha sido previsto para finalizar em dezembro de 2021, estando as denúncias em processo de investigação.

Com mais de uma década de execução, o PLN segue tensionado a reconhecer quem são os habitantes das Lagoas do Norte de Teresina. Em meio aos conflitos trazidos pelas obras de reestruturação urbana, os moradores que vivem na região tem reinventado suas estratégias de resistência e firmado seus laços com o território, reivindicando seu pertencimento ao local e a condição de comunidades tradicionais.

2. Caracterização socioespacial e conflitos territoriais

Até a metade do século XVII o território mesopotâmico formado pelo encontro dos rios Poti e Parnaíba era dominado pelos índios Potis, que viveram ali até serem expulsos ou assassinados no início do século XVIII após sua derrota na Revolta de Mandu Ladino (1712-1719)⁶. Ao fim dos Setecentos, o pontal formado pelo encontro dos dois rios serviu de esconderijo para o aquilombamento dos escravos fugidos; pois “no último quartel do século XVIII, as autoridades oficiavam que o mocambo havia engrossado (...) em julho de 1779, a resistência negra sangrara no pontal da barra do Poti” (LIMA, 2014, p.15). Anos mais tarde, o povoamento que se formou na região se oficializou como vila do Poti, com uma população formada principalmente pelos indígenas remanescentes do processo de resistência, de ex-escravos aquilombados que viviam do cultivo às margens dos rios, do trabalho com o barro e da criação de animais e comerciantes.

⁶ A Revolta de Mandu Ladino fez parte de um processo de enfrentamento indígena contra a dominação colonizadora que se estendeu pelos estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Mandu Ladino foi um indígena da nação Tremembé, nascido na região do município de Altos, no Piauí, catequizado por jesuítas e escravizado por fazendeiros. No território onde hoje é o município de Teresina ocorreu um dos principais capítulos da resistência indígena em terras piauienses, um século e meio antes da fundação da nova capital. Sobre o assunto ver Castelo Branco (2010) e Silva (2016).

Não de hoje, a população originária de Teresina manifestou seus desejos de permanência no território ocupado quando da transferência da capital do Piauí em 1852, declarando que o lugar onde morava era “um terreno saudável, aprazível, abundante em frutas e peixes, comerciante e com todas as proporções para ser uma povoação, talvez a melhor da Província, pela sua fertilidade e vantajosa situação sobre a margem do Parnaíba em que faz barra o Poti (...)” (CHAVES, 1998 apud IPHAN, 2015).

Contrário ao clamor popular, a elevação de colônia à capital de Império no Piauí se materializou a 5 km ao sul do pontal, fundando a narrativa da cidade-oficial ao erguer a primeira capital planejada do Brasil. Às vistas do projeto de cidade moderna aos moldes do urbanismo europeu do século XIX, o território das Lagoas do Norte foi oficialmente negado e classificado como “área insalubre, sujeita a febres endêmicas e outras calamidades”. O Ofício no. 209, de 09 de março de 1849, do presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, afirmava que apenas as famílias mais “gradas” se transferiram e receberam lotes de terra na nova capital (CHAVES, 1998).

A partir de então, o processo de sedimentação da malha urbana de Teresina se deu de forma dicotômica, demonstrando tanto como se constituíram as identidades da zona norte e sua relação com o restante da cidade, quanto os vínculos territoriais que geram as atuais desigualdades socioespaciais. Evidencia-se, assim, as raízes dos conflitos entre as comunidades do norte de Teresina e o modelo de cidade oficializado. A idealização do espaço urbano de forma linear e pautada no modelo de cidade planejada se fundamenta na tomada da Vila Poty como não-cidade, portanto da não consideração da identidade local na constituição da nova sociedade urbana.

Desta forma, o traçado histórico da implantação de Teresina, desconectada do povoamento originário da Vila Poty, do ponto de vista urbanístico, é um fato que deve ser visto como manifestação de uma da segregação socioespacial. Como nos sugere Villaça (1998, apud Leal Junior, 2014) este é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros”. O autor demonstra que, nas diferentes formas de segregação urbana que se constituem no espaço, pode-se pensar como a polaridade Zona Norte (Vila Poty) *versus* Centro (núcleo planejado) se configurou, sendo:

e) Uma oposição entre o centro, [...], e a periferia;

f) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular;

g) Um esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas [...]; (VILLAÇA, 1998, apud LEAL JUNIOR, 2014, p. 43)

A história recente da cidade de Teresina ainda parece negar a Vila Poty como pertencente ao núcleo urbano. Conforme sugerido, os marcos de oposição centro/periferia se fazem presentes durante toda a história da cidade. Negada como nova sede administrativa e decretada como área de risco, a Vila Poty, embora carregada de importância histórica e cultural, sempre foi tida apenas sob os signos de periferia, da pobreza ou da exclusão. Mesmo “considerado como primeiro bairro de Teresina”, a área carece de estudos sobre a relação entre a cidade e a Vila Poty a fim de identificar os marcos históricos, refletidos no tecido urbano e na arquitetura local, ligados à identidade da zona norte. Algumas considerações apresentadas pelo Estudo Antropológico⁷, em seu item 5.2, levantam pontos importantes acerca das relações entre a Arquitetura, o Urbanismo e a dimensão antropológica do território das Lagoas do Norte, entre as quais:

(...)ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. (...) São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território.

(...)estruturas de pedra e cal estão associados a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Nesses casos, além dos aspectos físico-arquitetônicos, são relevantes do ponto de vista do patrimônio as representações sociais a eles associadas, às narrativas que se conservam a seu respeito, eventualmente os bens móveis que eles abrigam, determinados usos que neles se desenvolvem (...)

Este não reconhecimento identitário das comunidades remanescentes da Vila Poty é, conforme declara o Centro de Defesa Ferreira de Sousa (2018), a causa dos conflitos históricos. De acordo com o CDFS, em consonância com as históricas manifestações populares em defesa do território que remontam ao século XIX, as riquezas naturais e culturais do território das Lagoas do Norte deveriam ser tidas com a “essência do partido urbanístico e arquitetônico dos projetos desenvolvidos para a região ainda durante a Fase I.

⁷ Documento produzido no ano de 2018 pela Prefeitura Municipal de Teresina abordando as características antropológicas do território de implantação do PLN, a fim de identificar e mapear manifestações culturais locais e possíveis impactos positivos e negativos. O estudo foi realizado após processo movido pelo CDFS através do Ministério Público Federal.

Isso porque o território sobre o qual se está implantando o PLN exprime um outro sentido de solo urbano, o qual está fundamentado nas raízes culturais de quem vive ali.”

Sobre esses conflitos, Monte (2016), Coelho Pereira (2017), Carmo (2017) e o Centro de Defesa Ferreira de Sousa (2018, 2020) entendem que eles se dão pelo não reconhecimento, por parte do poder público municipal, das identidades culturais da população que vive na área de implantação do Projeto . Isto teria ocorrido, principalmente, pela ausência de consulta prévia e estudos preliminares dos impactos, como o Estudo Antropológico, realizado somente após processo movido pela associação comunitária criada em 2009, através do Ministério Público Federal. No processo a população local reivindicou o reconhecimento de suas tradições culturais ligadas ao espaço, bem como o direito de seus moradores decidirem sobre seus locais de moradia e construção de suas territorialidades.

Além disso, outra ação decorrente da atuação do CDFS foi o início do processo de Autorreconhecimento como Remanescentes Quilombolas das comunidades tradicionais junto à Fundação Cultural Palmares. A mesma entidade ainda ajudou na vitoriosa conquista sobre a permanência da comunidade da Boa Esperança, prevista para ser removida em 2014.

Em 2019, com o agravamento dos conflitos entre as comunidades atingidas e o Programa, cerca de 200 famílias com casas seladas para desapropriação decidiram por fazer a já referida denúncia junto à instância de controle do Banco Mundial. Foi desta maneira que iniciou-se um processo de investigação das violações praticadas durante a execução do PLN, atualmente em curso.

Para além das instâncias oficiais, as comunidades das Lagoas do Norte encamparam sua luta numa constante disputa, tanto de narrativas quanto no corpo a corpo. Ao longo desta mais de uma década, os inúmeros protestos organizados pelo movimento comunitário levantaram os questionamentos sobre os interesses econômicos no território e fortaleceram a narrativa do que chamam “a verdadeira história de Teresina”. Na perspectiva dos atingidos pelo Programa Lagoas do Norte, a resistência aos planos de desterritorialização é um ato contra o apagamento de uma importante parte da história da cidade.

3. Considerações Finais

A pretensa ‘qualificação’ urbana e a pressão do mercado por ativar economicamente áreas estratégicas da cidade de Teresina se converteu em um processo de exclusão social da população que vive na região conhecida como Lagoas do Norte. As transformações

impostas vem sendo seguidas por uma série de denúncias de violações aos Direitos Humanos, principalmente no âmbito do Direito à Moradia, afetando principalmente territórios onde vivem comunidades tradicionais (ROLNIK, 2019).

Como visto, trata-se de uma região em que os conflitos territoriais traduzem parte da própria história de Teresina. Nestes 168 anos da capital, os atuais anseios das comunidades das Lagoas do Norte ainda são os mesmos desde sua fundação, quando se clamava pelo reconhecimento da barra do Poti (hoje bairro Poti Velho) nos planos da “cidade oficial”. Mesmo com o aperfeiçoamento dos métodos de negação desta parte da cidade - hoje centrados no discurso de melhoria urbana condicionada à lógica do reassentamento involuntário – as populações e suas tradições culturais permanecem resistindo às ameaças de remoção involuntária. Estas seguem reivindicando seu pertencimento local e respondendo às ameaças de desterritorialização por meio de seus saberes e práticas tradicionais: brincando o bumba meu boi, festejando São Pedro, cultivando nas vazantes, alimentando-se dos rios, no axé dos terreiros, na medicina das ervas e na fé na ancestralidade que guarda o território.

Santos (2019) nos ajuda a compreender o que vem ocorrendo na zona norte de Teresina ao refletir sobre os processos reprodutivos da colonização contemporânea. Segundo o autor “a guerra da colonização nada mais é que uma guerra territorial, de disputa de territorialidades”. Neste sentido, o autor cita a execução de megaprojetos e das grandes obras de infraestrutura como uma das estratégias atuais para a desterritorialização dos povos. Assim, diferente do prometido pelo PLN, os projetos ditos para o “desenvolvimento sustentável” podem ser entendidos como expressão de um princípio colonizador para apropriação dos recursos naturais e implementados por meio da desterritorialização de comunidades tradicionais. A este processo contrapõe o que chama de biointeração, processo concebido a partir de outra lógica para as relações entre seres humanos e natureza, constituindo-se ainda em princípio fundamental dos saberes populares e tradicionais com seu território.

As decisões técnicas que previam uma verdadeira transformação do espaço, com melhorias promovidas nos moldes da reurbanização eurocêntrica e nos padrões de governança neoliberal, esbarrou na resistência do levante comunitário e no seu questionamento: ‘Lagoas do Norte Pra Quem?’. . Como o próprio lema do movimento popular sugere, as decisões sobre o território vem ocorrendo sem levar em consideração os

desejos e a ancestralidade dos seus habitantes, identificados oficialmente apenas como “moradores em situação de risco” e passíveis de reassentamento involuntário.

A percepção de que o território é hoje uma das regiões com maior potencial de valorização da cidade e com forte pressão de setores econômicos dá sentido ao complexo jogo de interesses e a antagônica disputa entre o valor de uso e o valor de troca do solo urbanizado. Observa-se que, enquanto política pública, o Programa Lagoas do Norte atendeu parcialmente às antigas demandas dos moradores, principalmente com a implantação de equipamentos públicos e a ampliação da rede de saneamento básico. No entanto, o remodelamento proposto, com a intenção prioritária de explorar turisticamente a região, apresenta semelhanças com outras experiências de desterritorialização que ocorreram recentemente em outras cidades do Brasil, sobretudo por ocasião de grandes eventos esportivos.

Por fim, observa-se que o que vem ocorrendo na zona norte de Teresina segue os mesmos padrões daquilo que vem se chamando de ‘desenvolvimento urbano’, justificando ações parecidas em diversas outras cidades do Brasil e do mundo. No caso em apreço, dado o fato de que o PLN está promovendo a maior transformação urbana do século XXI na capital (como anuncia a Prefeitura Municipal de Teresina), é preciso atentar para diversas questões, como os conflitos e impactos provocados por sua implementação, em parte aludidos nas discussões deste trabalho. Ao longo de 13 anos de execução, com aproximadamente 38% dos investimentos previstos já realizados (BANCO MUNDIAL, 2019a) e um terço dos deslocamentos forçados efetivados, é possível concluir que já lidamos com um dos maiores processos de higienização urbana da história de Teresina, ainda por reverberar seus efeitos nocivos da marginalização da população removida, da negação das culturas tradicionais, do remodelamento urbano não-identitário, da especulação imobiliária e da turistificação excludentes.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. Painel de Inspeção. *Notificação de Registro. Pedido de Inspeção*. BRASIL: Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina (P088966) e Financiamento Adicional para o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina (P146870), 2019a. Disponível em: <<https://www.inspectionpanel.org/sites/www.inspectionpanel.org/files/cases/documents/140->

Notifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Registro-19%20September%202019.pdf> Acesso em 6 abr. 2020.

_____. Painel de Inspeção. Relatório e Recomendação sobre Solicitação para Inspeção. BRASIL: Projeto de Melhoria da Governança Municipal e da Qualidade de Vida de Teresina - Financiamento Adicional (P1 46870), 2019b. Disponível em: <<https://inspectionpanel.org/sites/inspectionpanel.org/files/cases/documents/140-Painel%20de%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20Relat%C3%B3rio%20e%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Solicita%C3%A7%C3%A3o%20para%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20-%2025%20de%20novembro%20de%202019.pdf>> Acesso em 6 abr. 2020.

CARMO, F. D. S. *Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas: territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN*. Teresina: UFPI, 2017. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí, 2017.

CARVALHO, I. M. R. *Sustentabilidade nas habitações de interesse social: análise do residencial Jacinta Andrade, em Teresina, Piauí*. Dissertação [Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2018.

CASTELO BRANCO, Anfrísio Neto Lobão. *Mandu Ladino – Romance*, Teresina: Halley, 2010.

CDFS - Centro de Defesa Ferreira de Sousa. *Contra-estudo antropológico*. Teresina, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/centrodedefesaferreiradesousa/docs/contra-estudo_antropol_gico> Acesso em 6 abr. 2020.

_____. *Relatório Comunitário de Resposta ao Plano de Investigação do Painel de Inspeção do Banco Mundial para o Projeto Melhorando a Governança Municipal e a Qualidade de Vida em Teresina (P146870)*. Teresina, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/centrodedefesaferreiradesousa/docs/relat_rio_t_cnico_para_o_painel_de_investiga_o__?issuu_product=header&issuu_subproduct=document_page&issuu_context=signin&issuu_cta=log_up> Acesso em 6 abr. 2020.

CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COELHO PEREIRA, Lucas. *Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí*. Dissertação [Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social]. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

DE PAAUW, Robert. *Desafios na Requalificação Urbana e Ambiental: Parque Lagoas do Norte, Teresina, PI*. In: 4º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2016. Belo Horizonte. Anais Eletrônicos. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

GOMES, Glaudson Lima. *Programa Lagoas do Norte na Avenida Boa Esperança: uma política de inclusão ou exclusão social em Teresina?*. 2015. 101 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IPHAN-PI. Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural e Artístico Nacional. *Manifestação sobre a 2ª Etapa do Programa Lagoas do Norte*. Teresina, 14 de junho de 2015.

LEAL JUNIOR, Jose Hamilton. *Expansão Urbana, planos urbanísticos e segregação urbana: o caso de Teresina/PI*. Florianópolis, SC, 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132400/333055.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 15 de jun. 2020.

LIMA, Solimar de Oliveira (Org.) *Fiéis da ancestralidade: comunidades de terreiros de Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2014.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

MONTE, C. N. C. *Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho em Teresina-PI: quais diálogos?* Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016.

NETO, E. X. R.; LIMA, A. J. *Grandes Projetos Urbanísticos e Governança Urbana: análise do Programa Lagoas do Norte (PLN), em Teresina-PI*. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 197 - 213, jan./jul. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/28296>> Acesso em: 17 de jun. 2020.

TERESINA, Prefeitura Municipal. *Avaliação ambiental do programa de melhoria da qualidade ambiental de Teresina - Programa Lagoas do Norte*, relatório de avaliação ambiental-RAA, 2007a. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/583721468021292553/pdf/E16180v20RAA04final053Mar306072.pdf>> Acesso em 8 abr. 2020.

_____. *Estudo Antropológico: Programa Lagoas do Norte. Etapa II*. São Paulo: Plan Avaliação, Monitoramento e Pesquisa Social, 2018. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/494641569394833317/pdf/Estudo-Antropologico-o-Programa-Lagoas-do-Norte-Etapa-Segundo.pdf>> Acesso em 17 de jun. 2020.

_____. Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas - PMPPP. Secretaria Municipal de Parcerias e Concessões. 2007. Disponível em: <<http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2017/11/Plano-Municipal-de-Parceiras-P%C3%BAblico-Privadas-de-Teresina.pdf>> Acesso em 25 de jun. 2020.

_____. Programa Lagoas do Norte: *Marco de Reassentamento Involuntário*, 2007b. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/808081468020061367/pdf/RP5480REVISED010final01March0301071.pdf>> Acesso em: 8 abr. 2020.

_____. Programa Lagoas do Norte: *Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte*, 2014. Disponível em:

<<http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Reassentamento-2014.pdf>> Acesso em 8 de abr. 2020.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização quilombos: modos e significações*. 2 ed. Brasília: Ayô, 2019.

SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24531/1/TESE%20Mairton%20Celestino%20da%20Silva.pdf>> Acesso em 24 de jun. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

VAINER, C. B. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 75-103.